

CONSIDERAÇÕES SOBRE A CONTEXTUALIZAÇÃO DO PENSAMENTO LINGÜÍSTICO EM GRAMÁTICAS DA LÍNGUA QUIBUNDO DO SÉCULO XIX¹

Alberto Mulangui Camundongo Hungulo²

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo contextualizar o pensamento linguístico que pode ser depreendido em quatro gramáticas da língua quimbundo e produzidas no século XIX: *Collecção de observações grammaticaes sobre a língua bunda ou angolense* (1805), de Bernardo Maria de Cannecattim; *Elementos gramaticaes da língua nbundu* (1864), de Saturnino de Souza e Oliveira e Manuel Alves de Castro Francina; *Gramática elementar do kimbundu ou língua de Angola* (1888-89), de Héli Chatelain; e *A língua de Angola* (1891), de Ladislau Batalha. A partir dos pressupostos teórico-metodológicos da Historiografia Linguística, campo de estudo que procura descrever, analisar e interpretar o conhecimento produzido sobre as línguas e a linguagem, em diferentes épocas e por diferentes agentes (gramáticos, filósofos, linguistas, por exemplo) (BATISTA, 2019: 9), buscamos evidenciar o contexto em que essas obras são produzidas e os pensamentos nelas veiculados. Nos valem, então, das reflexões de Swiggers (2013) sobre os instrumentos conceptuais da Historiografia Linguística e seus objetos e objetivos, assim como o princípio da contextualização de Koerner (1996, 2014). Concluimos, então, que as gramáticas aqui consideradas, embora apresentem uma língua banto como foco de descrição, traziam, com um grupo, uma abordagem erudita apoiada em uma tradição gramatical ocidentalizada e missionária, além de uma abordagem colonialista, assim como uma abordagem de valorização da língua quimbundo, em outros grupo.

Palavras-chave: língua quimbundo - gramática; linguística histórica - Angola.

ABSTRACT

The aim of this work is to contextualize the linguistic thinking that can be inferred in four grammars of the Kimbundu language produced in the 19th century: *Collecção de observações grammaticaes sobre a língua bunda ou angolense* (1805), de Bernardo Maria de Cannecattim; *Elementos gramaticaes da língua nbundu* (1864), de Saturnino de Souza e Oliveira e Manuel Alves de Castro Francina; *Gramática elementar do kimbundu ou língua de Angola* (1888-89), de Héli Chatelain; e *A língua de Angola* (1891), de Ladislau Batalha. Based on the theoretical-methodological assumptions of Linguistic Historiography, a field of study that aims to describe, analyze and interpret the knowledge produced about languages and language, at different times and by different agents (grammarians, philosophers, linguists, for example) (BATISTA, 2019: 9), we seek to highlight the context in which these works are produced and the thoughts conveyed in them. We make use, then, of Swiggers' (2013) reflections on the conceptual instruments of Linguistic Historiography and its objects and objectives, as well as Koerner's principle of contextualization (1996, 2014). We conclude, then, that the grammars considered here, although they present a Bantu language as the focus of description, brought, with a group, an erudite approach supported by a westernized and missionary grammatical tradition, in addition to a colonialist approach, as well as an approach of valuing of the Kimbundu language, in other groups.

Keywords: historical linguistics - Angola; Kimbundu language - grammar.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao curso de Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês, sob a orientação do Prof. Dr. Eduardo Ferreira dos Santos.

² Graduando na Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa pela UNILAB.

1 INTRODUÇÃO

A Historiografia Linguística (doravante, HL), no âmbito dos estudos da Linguística, desde a década de 1970 se institucionaliza e agrega adeptos que se preocupam com o estudo e o desenvolvimento das ideias e práticas linguísticas a partir da análise de textos situados em seu contexto, culminando em uma atividade de escrita da história do estudo sobre a linguagem (SWIGGERS, 2013; 2019).

O pesquisador desenvolve, na HL, o estudo sistemático (com pressupostos teóricos e métodos específicos) do conhecimento produzido sobre a linguagem e as línguas, com a intenção de observar, descrever, analisar e interpretar historicamente como se pensou sobre a linguagem e as línguas ao longo do tempo, em diferentes tradições culturais, sociais e políticas (BATISTA, 2020).

Os objetos primários tomados para análise serão, portanto, os textos publicados e não publicados (SWIGGERS, 2013), produzidos por estudiosos da linguagem, profissionais ou não. Esses textos são (explícita ou implicitamente) ladeados por práticas, ritos, jogos linguísticos, atividades de ensino, atividades políticas e administrativas que revelam a natureza e a função desses textos (ALTMAN, 2019). Segundo Altman, é importante examinar, também, as circunstâncias de produção e de recepção do conhecimento construído sobre a linguagem e as línguas, buscando a descrição (não normativa) dos princípios e métodos de produção do conhecimento linguístico, e de seus resultados (bem ou malsucedidos) em determinado momento, inevitavelmente histórico.

Desse modo, para o presente artigo, tomamos como documentos históricos um conjunto de quatro gramáticas da língua quimbundo produzidas no século XIX: *Collecção de observações grammaticaes sobre a língua bunda ou angolense* (1805), de Bernardo Maria de Cannecattim; *Elementos gramaticaes da língua nbundu* (1864), de Saturnino de Souza e Oliveira e Manuel Alves de Castro Francina; *Gramática elementar do kimbundu ou língua de Angola* (1888-89), de Héli Chatelain; e *A língua de Angola* (1891), de Ladislau Batalha. Essas gramáticas, portanto, constituirão nossas fontes primárias, ou seja, materiais que nos trazem informações diretas sobre nosso tema em destaque.

No século XIX, nosso recorte temporal, Angola ainda estava sob jugo colonial português, um processo que se iniciou no século XV no contexto das “Grandes Navegações e dos Descobrimentos”. Ao colonizar o território angolano, dentre diversos impactos nos âmbitos político, econômico e social, a invasão portuguesa introduziu a língua portuguesa, o que

modelou um novo ambiente sociolinguístico. No entanto, essa introdução da língua lusófona não fez desaparecer as línguas autóctones.

Angola possui uma população plurilíngue com grupos linguísticos diversos e que explicitam a intrínseca relação entre etnia, língua e cultura que determinam os agrupamentos etnolinguísticos e a sua diversidade linguística. Luanda, por exemplo, um importante entreposto de escravizados a partir do século XVII, apresentava uma predominância de falantes da língua quimbundo e, até meados de 1830, havia uma necessidade de produção de materiais para o estudo dessa língua (ROSA, 2019).

Também é na Angola oitocentista que, entre angolenses negros e mestiços, classificados como assimilados, com domínio da língua portuguesa e códigos europeus, criou-se um movimento de valorização da própria cultura e das línguas locais, que gerou dicionários, cartilhas e gramáticas para que essa população escolarizada em português estudasse formalmente sua língua (ROSA, 2019). Esse recorte temporal é importante para o fazer historiográfico como um dos critérios de seleção dos fatos e para a elaboração de um quadro de referências que permita a seleção de problemas, autores e métodos de análise (CRUZ, 2018).

Considerando que, à exceção de Francina, estamos diante de obras gramaticais produzidas por não nativos angolanos, e que podem ser separadas entre autores missionários e não missionários, é importante que possamos evidenciar a que tipo de pensamentos linguísticos essas obras estavam vinculadas e como se relacionavam com a situação histórico-social do período, incluindo as situações sociolinguísticas que podem ser daí depreendidas.

Esse exercício a que nos propomos terá como norte principal o princípio da contextualização de Koerner (1996; 2014). Segundo esse princípio, a apresentação das teorias linguísticas propostas em períodos mais antigos tem a ver com o estabelecimento do clima de opinião geral do período em questão. As ideias linguísticas nunca se desenvolveram independentemente de outras correntes intelectuais do período em que surgiram e devem ser consideradas as situações socioeconômica e política do período em análise.

Nosso texto estará organizado, então, para além desta Introdução, com uma seção em que abordamos brevemente os principais pressupostos teóricos da HL em que nos baseamos para nossa análise, em específico, a noção de contextualização. Em seguida, temos uma seção que trará alguns aspectos sociais, históricos e linguísticos de Angola. Posteriormente, apresentamos e analisamos as gramáticas propostas e fazemos as conclusões, finalizando o texto com as referências bibliográficas.

2 A HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA

O termo *história* é essencialmente polissêmico, resguardando o significado de sua origem grega, como referência a noção de observação ou descrição de animais e minerais, ou como a denotação de narrativa de acontecimentos humanos, como ficou entendido depois. Vale ressaltar que o uso do termo também encerra um duplo sentido, indicando acontecimentos reais e relatos que dos acontecimentos eram feitos (BATISTA, 2020).

Interessa-nos, assim, tomar *história* como um “conjunto de evidências de fatos e eventos de uma sociedade e cultura”. Outro termo importante é *historiografia*, entendida como “análise reflexiva sobre o conjunto de evidências de fatos e eventos selecionados pelo historiador; a escrita da história (como atividade de compreensão do passado e presente” (BATISTA, 2020, p.32).

No campo da Linguística, denominamos de HL os estudos acerca da produção, difusão e recepção das ideias linguísticas ao longo dos tempos a partir da descrição, análise e interpretação do “conhecimento produzido sobre as línguas e a linguagem, em diferentes épocas e por diferentes agentes (gramáticos, filósofos, linguistas, por exemplo)”. Isso permite que seus estudiosos construam “uma narrativa interpretativa sobre ideias e saberes, levando em conta seus agentes e seu contexto histórico” (BATISTA, 2019, p.9-10).

O principal precursor da HL foi o linguista alemão Konrad Koerner (1939-2022), editor fundador do importante periódico *Historiographia Linguistica*, que em 1974 lança seu primeiro número com um ensaio de sua autoria intitulado “Purpose and Scope of ‘Historiographia Linguistica’: Editorial”. Neste texto, Koerner (1978, p.60 apud SWIGGERS, 2019, p.46) defendeu uma abordagem cientificamente fundamentada da história do pensamento linguístico, ou seja, uma “historiografia” como atividade com rigor metodológico e epistemológico.

Ainda segundo Koerner, essa abordagem da história do pensamento linguístico deveria ser relacionada aos contextos intelectual, social e institucional que permitiriam sua elaboração, circulação e recepção, considerando, também, o clima de opinião que permitiu a presença em um contexto histórico de determinados conhecimentos sobre a linguagem (BATISTA, 2020, p.48).

Segundo Swiggers, o estudo sobre a linguagem, portanto, refere-se

a esses tipos de atividade intelectual relacionados à linguagem ou às línguas que se concentram em propriedades (da linguagem ou das línguas) estruturais, socioculturais e históricas (incluindo características [talvez] atribuídas erroneamente à linguagem e às línguas. Essa definição de “estudo sobre a linguagem” é reconhecidamente ampla,

mas permite ao historiógrafo partir de um vasto quadro de preocupações históricas relacionadas com a linguagem e as línguas [...]” (SWIGGERS, 2019, p.48).

Cabe ao historiógrafo da linguística, então, a interpretação dos saberes sobre a linguagem a partir de parâmetros internos e parâmetros externos, que embora possam ser mais destacados um do outro em determinada análise, acabam por se relacionar. Para o parâmetro interno, o interesse recai para o modo como a concepção de linguagem, a compreensão dos fenômenos linguísticos e suas análises se fazem presentes nos documentos históricos e são delimitados pelos agentes de produção, circulação e recepção de ideias linguísticas. Para o parâmetro externo, consideramos o contexto histórico que os textos estão inseridos e legitimados como parte de um fazer científico, intelectual e pedagógico, por exemplo, dentro de um grupo de interessados e que passam por diferentes processos de institucionalização dos saberes e relacionados com o clima de opinião de uma época (BATISTA, 2020).

Precisamos, assim, de documentos históricos – sejam de um passado distante ou atuais – que serão investigados e tomados como nossas fontes primárias de pesquisa. A determinação do que é uma fonte de pesquisa cabe ao historiógrafo a partir de seu olhar e perspectiva teórica. Segundo Batista (2020, p.58), um documento passa ser um documento histórico “quando a pesquisa histórica reconhece e legitima esse material como pertinente a uma interpretação de evidências de fatos históricos”.

Nossas fontes primárias neste trabalho são as quatro gramáticas da língua quimbundo produzidas no século XIX já citadas anteriormente. Esse conjunto de gramáticas são documentos históricos que podem ser classificados como “fontes canônicas” que englobam diferentes tipos de documentos, como gramáticas, dicionários, manuais de uma área específica, livros didáticos, artigos de periódicos etc³.

Para uma análise historiográfica desses documentos, Koerner (2014) propõe três princípios de análise: i) princípio da contextualização; ii) princípio da imanência e iii) princípio da adequação. No princípio da contextualização, estabelece-se o “clima de opinião” geral do período em análise, pois “as ideias linguísticas nunca se desenvolveram independentemente de outras correntes intelectuais do período em que surgiram” (KOERNER, 2014, p.88).

Para o princípio da imanência, espera-se do pesquisador um distanciamento de sua formação linguística, ou de outros valores pessoais, assim como das discussões contemporâneas da(s) área(s) em análise para que possa “tentar estabelecer uma compreensão completa do texto

³ Para uma lista exaustiva de documentos que podem ser considerados como fontes canônicas, remetemos o leitor a Batista (2020, p.59-60).

linguístico em questão, tanto do ponto de vista histórico como crítico, talvez até mesmo filológico”, atentando-se, também, que o “quadro geral da teoria a ser investigada, assim como a terminologia usada no texto, devem ser definidos internamente e não em referência à doutrina linguística moderna” (KOERNER, 2014, p.88). Para o último princípio, o da adequação, após os dois primeiros princípios terem sido seguidos, “o historiógrafo pode aventurar-se a introduzir aproximações modernas do vocabulário técnico e do quadro conceptual apresentado na obra em questão” (KOERNER, 2014, p.89).

Finalmente, podemos nos juntar a Swiggers (2010, p.2) e apontar que a HL deve partir de “uma fase heurística, e avançar através de uma análise “argumentativa” e de uma síntese histórico-comparativa, em direção a uma hermenêutica historicamente fundamentada do conhecimento/*know how* linguístico”. Assim, após a fase heurística, de seleção de documentos, avançamos para a fase hermenêutica, ou argumentativa, em que se espera a descrição e interpretação das fontes. Para Swiggers (2010), a última fase é a expositiva, em que se concretiza o resultado da análise do historiógrafo, geralmente a partir de uma narrativa historiográfica.

Na seção seguinte, faremos uma breve explanação de alguns aspectos históricos, sociais e linguísticos de Angola como parte desse exercício de construção de uma análise historiográfica, contextualizando, a princípio, o espaço geopolítico tomado como centro de nosso trabalho.

3 DE REINO À COLÔNIA: BREVE HISTÓRIA ANGOLANA ATÉ O SÉCULO XIX

Embora nosso texto destaque o período temporal do século XIX, consideramos importante apresentar uma breve história do que hoje conhecemos, geopoliticamente, como Angola, apontando algumas questões de cunho histórico, político, social e linguístico presentes nesta passagem de reino bantu à colônia portuguesa. Nossa justificativa é influenciada pelos apontamentos de Wheeler e Pélissier (2016, p.50) em que a “história pré-europeia de Angola é uma das menos conhecidas da África tropical” e uma das razões para esse desconhecimento está no fato de que parte dos historiadores portugueses “orientaram a maior parte da investigação para a sua própria história colonial do território”.

O período pré-histórico de Angola ainda é pouco sabido e estima-se que seus primeiros habitantes eram bosquímanos, que atualmente habitam o sul do país. A história das migrações bantu mostra um intenso deslocamento partindo das zonas nucleares do leste da Nigéria e da

África Central para o sul após 1000 d.C. Ainda segundo Wheeler e Pélissier (2016), entre 1300 e 1600, esta diáspora bantu foi responsável pela ocupação do território a partir do norte e do leste.

Em relação aos grupos étnicos⁴ dos quais descendem os angolanos, ainda é corrente a classificação feita por Redinha (1975) em que se relacionam os povos bantus com suas respectivas línguas. Assim, a divisão compreendia os Bakongo (língua quicongo⁵), os Mbundu (língua quimbundo), os Lunda-Kiokos (língua chôcue), os Ovimbundu (língua umbundu), os Nanguela (língua tchingangela), os Nhaneka-Humbe (língua nhaneca), os Herrero (língua herero), os Ovambo (língua ambo) e os Vaxindonga (língua xindonga) (PINTO, 2017, p.51).

Também é possível identificar “reinos”, “impérios” e “Estados” em diferentes períodos da história angolana e o que mais se destaca é o Reino do Congo (HERNANDEZ, 2008; PINTO, 2017; WHEELER, PELISSIER, 2016), cuja formação parece ter ocorrido em meados do século XIV. O Reino, governado por reis soberanos absolutos, localizava-se no Baixo-Congo e tinha como capital Mbanza-Congo que, segundo a tradição oral quicongo, teria sido fundada por Nimi a Lukeni (PINTO, 2017). Segundo Hernandez (2008, p.561):

Dividia-se em seis províncias (Soyo ou Sonho, Umpemba, Umpange, Umbata, Sundi e Umbanda), administradas pelos manis, que concentravam os poderes militar, administrativo-jurídico e religioso. As províncias eram constituídas por distritos que, por sua vez, subdividiam-se em aldeias organizadas segundo o princípio de linhagem matrilinear, às quais se juntavam linhagens clientes e escravos, em decorrência de crimes praticados ou por terem sido feitos prisioneiros de guerra. O “reino” do Congo tinha “reinos” que lhe pagavam tributos, como Ngoyo e Cacongo ao norte, Ngola (formado no século XIX) e Matamba ao sul.

Embora não se tenha certeza da real influência do Reino do Congo para além das fronteiras de suas seis províncias, o Reino chegou a controlar cerca de um oitavo do espaço geopolítico que reconhecemos atualmente como Angola.

No século XV, o Reino torna-se “um repositório africano de influências e ideias europeias, mas o efeito da influência não tardou a esmorecer e acabou por destruir a unidade do reino” (WHEELER, PELISSIER, 2016, p.51). Este século marca, portanto, a efetivação do contato do europeu com as nações africanas no âmbito do “expansionismo capitalista

⁴ Usamos o termo “grupos étnicos” tendo ciência do uso da expressão a partir da noção de *etnia*, inventada no século XIX e utilizada nas teorias evolucionistas e eurocêtricas que ignoravam os povos não europeus e a aplicação de conceitos como povo, nação ou Estado às chamadas “raças primitivas” (PINTO, 2017). Reforçamos, no entanto, nosso uso a partir de uma ressignificação do termo sem nenhum viés colonialista/eurocêntrico.

⁵ Para a grafia dos nomes das línguas angolanas, estamos cientes das grafias utilizadas na literatura linguística estrangeira, como por exemplo, “kimbundo”. Porém, vamos utilizar a forma aportuguesada, conforme proposto por Fiorin e Petter (2008), exceto quando o uso for direto de citação de alguma obra.

intercontinental europeu, desencadeado pelos reinos ibéricos” (PINTO, 2017, p.137). No caso específico de Angola, esse período inicia-se entre 1482/1484 com a chegada de Diogo Cão na foz do Rio Zaire.

Os navios que chegaram trouxeram presentes, alguns padres franciscanos, pessoas para trabalharem em obras para construção de uma igreja e palácio, mas também retornaram levando para Portugal alguns escravos, marfim e tecidos. O rei deste período, Nziga a Nkuvu, fica admirado com o poder bélico português e também se aproxima da religião católica, sendo batizado e nomeado como D. João I, e se alia a Diogo Cão (HERNANDEZ, 2008).

Nziga-a-Nkuvu via, portanto, na adesão ao Cristianismo e à cultura portuguesa, um aperfeiçoamento tecnológico, sem suspeitar que nele se encontrava o embrião de um futuro vínculo colonial. Também percebeu que a evangelização significava aquilo a que teoricamente Jack Goody chamou a penetração da “magia da escrita” numa sociedade oral, permitindo-lhe consolidar os interesses comerciais (PINTO, 2017, p.156).

As disputas de poder após a morte de Nzinga a Nkuvu, batizado como D. Afonso I, e filho de D. João I, fizeram com que a economia entrasse em um processo de declínio e o Reino começasse a enfraquecer, facilitando a invasão dos jagas, em 1568 (HERNANDEZ, 2008). Neste período, denominado afro-português, os portugueses junto aos jagas fazem com que as relações comerciais aumentem até por volta de 1575, quando “o único recurso que os Europeus encontraram no reino capaz de compensar os bens importados foi a própria população” (DIAS, 1989, p.293), ou seja, as relações comerciais estavam pautadas pela escravização. É nesse período, também, que surge o início da colônia de Angola com a chegada de Paulo Dias de Novais junto de quatrocentos soldados e cem famílias de colonos para cultivarem açúcar (HERNANDEZ, 2008).

Embora Luanda e Benguela fossem regiões em que o comércio de escravizados era predominante, sendo dois polos decisivos para o domínio português no Atlântico, não se deve desconsiderar as resistências que ocorreram entre os africanos e o exército português (HERNANDEZ, 2008). Uma das insatisfações estava na perda de jovens adultos homens mais a hostilidade das campanhas de guerra lançadas para a obtenção de escravizados entre os povos vizinhos que acabou contagiando o Congo e resultou em consequências políticas, como “a descentralização da autoridade, guerras civis entre as províncias do Congo e uma negligência das funções administrativas, artísticas e económicas em prol do comércio de escravos” (WHEELER, PÉLISSIER, 2016, p.62).

As disputas se intensificam no decorrer dos anos inclusive com a breve ocupação dos holandeses em meados do século XVII, que lutam ao lado dos africanos, mas que são expulsos posteriormente⁶. O comércio de escravizados é recomeçado e “com a morte do “rei” Ngola Kamni terminou o período de resistência à ocupação do Ciclo de Kuanza. A cidade e a fortaleza foram retomadas e, em seguida, Correia de Sá apoderou-se da ilha de Luanda” (HERNANDEZ, 2008, p.563).

Ainda neste período, intensificam-se as entradas pelo interior desconhecido com a finalidade da continuação do comércio de escravizados e o estabelecimento de portos e missões. Assim como pontuamos anteriormente, essa entrada não foi pacífica e seguiram-se diversos embates que acabaram por reduzir a importância do Congo ao longo dos séculos XVIII e XIX (WHEELER, PÉLISSIER, 2016). Segundo Hernandez (2008), esses embates duraram pouco mais de dois séculos, de 1671 a 1896, e também foram nestes anos que ocorreu o processo de conquista do continente africano e de sua partilha e, no caso de Angola, durante os anos de 1884 a 1888. Henrique Augusto Dias de Carvalho, militar e explorador português, é uma das figuras responsáveis por essa ação de partilha e com o uso de sua diplomacia conseguiu firmar “tratados com vários chefes africanos, pelos quais estes reconheciam a soberania portuguesa em seus territórios”. Logo em seguida, no ano de 1891, “participou da conferência para delimitação de fronteiras do território de Luanda entre o Estado Independente do Congo e Portugal e, em 1895, quando foi criado o Distrito de Luanda, passou a ser o seu primeiro governador” (HERNANDEZ, 2008, p.564).

O século XIX marca, assim, uma fase de expansão e de controle portuguesa em Angola, sendo comumente dividida em três fases: I) 1836-1861; II) 1861-1877 e III) 1877-1891. Destacando a última fase, é aqui que ocorre “um entusiasmo renovado pela expansão para o interior, acompanhado do tradicional interesse costeiro” (WHEELER, PÉLISSIER, 2016, p.99). Criticando a atitude conservadora portuguesa que não investia nos territórios africanos, uma nova geração de ativistas coloniais via no desenvolvimento da África portuguesa uma possibilidade de prosperidade e prestígio frente à Península Ibérica e demais potências europeias (WHEELER, PÉLISSIER, 2016). Em 1881, um dos planos de ocupação português estava no audacioso projeto de concretizar um império de costa a costa, entre Angola e Moçambique, favorecendo a emigração dos portugueses para a África Central, assim como a criação de estações civilizadoras nos territórios portugueses e adjacentes com o intuito de

⁶ A expulsão dos holandeses de Luanda em 15 de agosto de 1648 é, hoje, um feriado municipal em Angola.

disseminar a civilização e influência europeia-portuguesa nos territórios africanos. O plano não obteve sucesso, no entanto.

A última tentativa de Portugal para se apoderar de territórios de que se sentia “proprietário”, como áreas que englobavam a foz do Congo e parte do território do atual Malawi, ocorreu na Conferência de Berlim (1884-1885). Portugal acaba não obtendo sucesso nessa divisão de território com a Grã-Bretanha declarando um ultimato para que os portugueses recuassem nestes espaços⁷. A atual disposição geográfica angolana que conhecemos passou por diversos tratados, como os de 1865, 1886, 1891 e 1894, finalmente sendo delimitada em mapas e terrenos em 1926. Segundo Wheeler e Pélissier (2016, p.104), no final do século XIX, “havia menos de um décimo do território adquirido pela tardia expansão portuguesa efectivamente controlado ou ocupado”.

De maneira geral, o século XIX é marcado em Angola por tensões e crises com o fim gradativo da escravização e a transição para um período de políticas liberais e econômicas (SANTOS, 2019). Ao mesmo tempo, o final do século XIX e o início do século XX mostram Portugal afundado em uma grande crise política, econômica e social, que se inicia, entre várias razões, pelo ultimato inglês, citado anteriormente. A destituição da monarquia pelos republicanos, oficializada em 05 de outubro de 1910, teve impactos nas colônias portuguesas em África, que agora passam ao status de “províncias ultramarinas”, com certa autonomia administrativa e começam a receber um fluxo de portugueses⁸.

Como apontado preliminarmente, por trabalharmos com as gramáticas do século XIX, não estenderemos nossa abordagem para além deste século. Na próxima seção, apresentamos as gramáticas do quimbundo e, quando necessário, traremos as contextualizações históricas do período para complementar nossas descrições e análises.

⁷ Segundo Wheeler e Pélissier (2016, p.102), a série de ultimatoss da Inglaterra contra os portugueses em relação ao recuo, ocupação e delimitação do território angolano tiveram repercussões políticas importantes e” desempenharam um papel considerável na queda da monarquia de Bragança duas décadas mais tarde”.

⁸ Neste período, com a chegada dos portugueses, inicia-se uma divisão social em Angola. De um lado, concentra-se um pequeno número de brancos, mestiços e negros “assimilados” que contrastam com uma população majoritariamente “indígenas”, na visão do colonizador. Ressaltamos que essa divisão, ou percepção da estratificação social, já se fazia presente nos períodos anteriores, mas é agora que há a promulgação de decretos/leis que oficializam a condição de assimilados e indígenas no país, impactando em questões de ordens sociais, políticas e linguísticas – cf. Noré e Adão (2003); Liberato (2014).

4 AS GRAMÁTICAS DO QUIBUNDO NO SÉCULO XIX

Antes de nos debruçarmos sobre o conteúdo veiculado nas introduções/prefácios/notas iniciais das gramáticas selecionadas como fontes de nosso trabalho, é importante definirmos o conceito de gramatização.

4.1. GRAMATIZAÇÃO E GRAMÁTICAS

Para Auroux (2014), depois da escrita, a gramatização seria a segunda revolução técnico-linguística que se teria permeado do século V de nossa era até o fim do século XIX, a partir de uma tradição linguística greco-latina. Entende-se por gramatização “o processo que conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário” (AUROUX, 2014, p.65).

A revolução da gramatização criou uma rede de comunicação tendo a Europa como centro inicial desses conhecimentos linguísticos e a gramática, segundo Auroux (2014, p.36), “torna-se simultaneamente uma técnica pedagógica de aprendizagem das línguas e um meio de descrevê-las”. Somando-se o aparecimento dos dicionários monolíngues, “avança largamente o empreendimento de localização das línguas faladas e da construção de modelos que resumam suas relações estruturais e filiações [...]”.

É a partir da Europa que ocorre a gramatização massiva das línguas do mundo, sendo que “a gramatização dos vernáculos europeus é contemporânea da exploração do planeta (África, América, Ásia) e da colonização progressiva de territórios imensos pelo Ocidente” (AUROUX, 2014, p.57). Podemos compreender esse fato ao lembrarmos o caráter dominante e centralizador da empreitada colonialista e o papel central da língua do dominador nestes novos territórios invadidos.

Segundo Vieira (2018), documentos históricos apontam que desde a segunda metade do século XII já havia obras escritas na língua românica que conheceríamos mais tarde como *português*. Nesse período, o latim era tido como língua de cultura em Portugal, mas a partir do século XIII há uma considerável produção literária em prosa, e em português, e a língua passa a ser a língua da administração do reino português, mesmo o latim ainda ocupando um espaço de destaque. Em relação às gramáticas na “nova” língua, será apenas no século XVI que veremos o seu surgimento e algumas preocupações dos autores dessas gramáticas em relação a esse instrumento linguístico estavam, como aponta Vieira (2018, p.107) em torno:

- do sentimento patriótico de superioridade da língua portuguesa frente às demais;
- da importância da língua portuguesa como instrumento de político, a serviço da implantação de uma cultura literalmente portuguesa;
- do estudo cada vez mais profundo do léxico, o que repercutia na produção de dicionários de língua portuguesa.

Sendo a língua uma representação do poder político do reino português, caberia a sociedade formada por homens livres e privilegiados socioeconomicamente o aprendizado e uso da língua portuguesa na sua modalidade escrita, “sendo a produção de gramáticas papel fundamental na normatização de uma mescla linguística vernacular e na consolidação da identidade entre língua materna e de cultura escrita” (VIEIRA, 2018, p.107-108). Vale ressaltar que “a consciência de uma identidade lusitana, bem como o intento de levar a língua do reino às novas terras conquistadas (o que incluía o então recente Brasil) motivaram o nascimento da gramática portuguesa [...]” (VIEIRA, 2018, p.108), como as obras de Fernão de Oliveira (1507-1581), *Grammatica da lingoagem portuguesa* (1536); e João de Barros (1496-1570), *Gramatica da lingua portuguesa* (1540).

Esses e outros primeiros instrumentos de gramatização do português se mostram afinados com seu tempo, expressando um sentimento patriótico de superioridade linguística, principalmente diante da língua castelhana. Entre outros pontos que coadunam com os ideais de gramatização renascentista, seus autores propagandeiam a expressividade, a riqueza vocabular e a complexidade linguística (naquele tempo, sinal de nobreza), ou seja, as possibilidades da língua portuguesa ser utilizada como veículo de cultura e instrumento da alta literatura (VIERA, 2018, p.108).

Não nos parece, então, coincidência as primeiras gramáticas portuguesas terem sido produzidas em meados do século XVI, quando a empreitada colonialista, iniciada no século XV, como apresentamos na seção anterior, adentra seu segundo século. Há um contexto, portanto, de “organização política e cultural dessas regiões, o surgimento da imprensa, o fortalecimento de uma classe média e a emergência da ideia de nacionalismo, entre outros” (SEVERO, 2019, p.53).

A Europa, portanto, pode ser vista como centro difusor da gramatização das línguas, a princípio dos vernáculos europeus, para em seguida ser um dos agentes da gramatização das línguas dos territórios ocupados pelos europeus na África, Ásia e América dentro do contexto da colonização. A gramatização das línguas autóctones surge, então, a partir do contato colonial.

Quando da chegada dos portugueses no então Reino do Congo, já havia uma preocupação em relação ao uso da língua portuguesa em um espaço com falantes nativos de grupos linguísticos distintos. Em 1484, Diogo Cão ao retornar a Portugal, depois de sua chegada à foz do rio Congo, leva “consigo quatro bacongo a quem desejava ensinar a língua portuguesa, para que pudessem estabelecer-se relações entre os dois reinos” (WHEELER, PÉLISSIER, 2016, p.59). O interesse do aprendizado da língua portuguesa não era apenas do europeu.

D. Afonso I Mvemba-a-Nzinga visava igualmente a projecção internacional do Reino do Kongo, apoiando-se, quer na “**magia da escrita**”, quer no princípio há muito vigente na Europa Ocidental de legitimação da soberania dos Estados pelo reconhecimento da Santa Sé. Quanto à “magia da escrita”, D. Afonso I Mvemba-a-Nzinga continuava a **atribuir grande importância à instrução dos Congueses em Portugal e à presença de sacerdotes portugueses no Kongo**. [...] D. Afonso I Mvemba-a-Nzinga solicitava a D. João III o envio de 50 padres, assim como de físicos e boticários para os cuidados de saúde, de artífices e operários para as obras públicas, e de “mestres da escola” para a **intensificação do ensino de letras entre os jovens** (PINTO, 2017, p.212-213) - grifos nossos.

A presença de padres no Reino do Congo, neste período, é importante para entendermos, em partes, a instrução escolar da população do Reino, já que a educação no período colonial estava, na maioria das vezes, sob responsabilidade da Igreja.

Em relação às gramáticas, as obras produzidas pelos religiosos no período colonial são classificadas como “gramáticas missionárias” e tinham como objetivo descrever as então línguas tidas “exóticas”, com fins pedagógicos, para o ensino destas línguas aos demais missionários evangelizadores (SEVERO, 2019). No século XIX, esse tipo de gramática ainda é produzido, ao lado de obras não missionárias, como veremos a seguir, especificamente as gramáticas da língua quimbundo.

4.2. CONTEXTUALIZANDO AS GRAMÁTICAS DO QUIMBUNDO

Estudar as línguas africanas, seja a partir de sua descrição e documentação, é importante ao considerarmos as línguas, em geral, como um registro da história e da cultura de seus falantes. Assim, esses estudos podem contribuir para o conhecimento da história da África (PETTER, ARAÚJO, 2015, p.28).

Quando fazemos o recorte temporal que engloba o período colonial português, os missionários fazem parte desses agentes que contribuíram, de certa forma como precursores, com o estudo e promoção destas línguas entre os demais pares, seguindo a orientação geral de algumas assembleias religiosas, escrevendo gramáticas e vocabulários bilíngues como

instrumento de ensino nos catecismos, sermões etc., atendendo, assim, uma demanda decorrente dos esforços de evangelização e interesses econômicos da Coroa portuguesa (FARACO, 2016; ROSA, 2019).

Neste contexto, o interesse pelas línguas do continente africano esteve associado a um “oportunismo prático, desumano ou temperado de curiosidade, ou a uma vontade de traduzir, superficial ou profunda” (Houis, 1971: 15). O conhecimento linguístico progrediu seguindo o ritmo da exploração sistemática do continente sob formas diversas: escravidão, tráfico e colonização (Bonvini, 2011: 6) (PETTER, ARAÚJO, 2015, p.28).

Angola foi um desses espaços explorados no processo de colonização. Em termos linguísticos, o país convive com 46 línguas (EBERHARD, SIMONS, FENNIG, 2022, p.7), refletindo o plurilinguismo que caracteriza o continente africano. Uma dessas línguas do conjunto das línguas angolanas que passaram pelo processo de gramatização é o quimbundo.

Dentro do quadro classificatório das línguas africanas⁹, temos as línguas do tronco nigero-congoles que conta com mais de 1500 línguas e se estende por grande parte da África ao sul do Saara, incluindo quase toda a África ocidental, central, oriental e meridional (PETTER, 2015). Nesse tronco, temos a divisão em famílias, entre elas, a família Benue-congo, divididas em Benue-congo oriental e Benue-congo ocidental. Neste último, temos o grupo banto do qual o quimbundo faz parte.

O quimbundo, conforme apontamos anteriormente, é a língua predominante do povo ambundo e, durante o período de 1620 a 1750, por exemplo, é a língua mais veiculada em Luanda por conta do “estabelecimento de uma elite afro-portuguesa” (VENÂNCIO, 1996, p.51). Conforme aponta Severo (2019), o quimbundo era tido como uma língua geral de comunicação e todo o clero, incluindo missionários estrangeiros, teriam aprendido a língua.

No século XIX, nosso recorte temporal, as obras produzidas se enquadram num processo de transição entre o período influenciado pela tradição gramatical greco-latina e o período que buscava entender a relação entre linguagem e evolução, tendo o modelo indo-europeu como referência linguística (PETTER, ARAÚJO, 2015; ROSA, 2019). No século XIX, segundo Petter e Araújo (2015, p.34):

os descritores das línguas africanas continuam sendo estrangeiros, alguns deles com formação linguística, que vão se apropriando das línguas com objetivos que vão além das necessidades exclusivamente práticas manifestadas no século anterior. Esses

⁹ Para um detalhamento da classificação das línguas africanas, com suas especificidades nos diferentes níveis de análise linguística, remetemos o leitor a Petter (2015)

estudiosos surpreendem-se com a diferença, e expressam em seus trabalhos suas impressões sobre a língua ou sobre seus falantes (Bonvini, 2007: 115-116).

Neste presente trabalho, vamos tomar como nossas fontes as obras aqui repetidas: *Collecção de observações grammaticaes sobre a língua bunda ou angolense* (1805), de Bernardo Maria de Cannecattim; *Elementos gramaticaes da língua nbundu* (1864), de Saturnino de Souza e Oliveira e Manuel Alves de Castro Francina; *Gramática elementar do kimbundu ou língua de Angola* (1888-89), de Héli Chatelain; e *A língua de Angola* (1891), de Ladislau Batalha.

Não vamos considerar o conteúdo reservado aos aspectos descritivos e estruturais da língua quimbundo e as análises que seus autores fizeram e que poderiam apontar uma aproximação de um modelo greco-latino ou indo-europeu. Para essa discussão, convidamos o leitor a explorar o texto de Rosa (2019). Interessa-nos, então, as reflexões dos autores nas partes que podem ser consideradas “introdutórias” da descrição e análise linguísticas: “Senhor” e “Ao leitor”, de Cannecattim; “Prólogo”, de Souza e Oliveira & Francina; “Prefácio”, de Chatelain; e “Generalidades”, de Batalha.

Cannecattim (1749-1834) e Chatelain (1859-1908) podem ser enquadrados no grupo dos gramáticos com filiação missionária, sendo o primeiro um capuchinho italiano ligado à Igreja Católica e o segundo um missionário relacionado à Igreja Metodista Episcopal, de orientação protestante. Essa “divisão” não é estranha ao período se considerarmos que no começo do século XIX estamos em fase de transição entre a predominância de uma fase católica portuguesa, ligada ao modelo de descrição do latim – Cannecattim – e uma fase protestante anglo-alemã, ligada ao modelo de descrição indo-europeu – Chatelain (PETTER, 2015).

Na parte de sua gramática nomeada “Senhor”, Cannecattim (1859) expõe:

tendo ha muitos annos passado a exercitar no reino de Angola o ministério apostolico, uma longa e triste experiência me certificou que a ignorância da lingua bunda ou angolense era um obstáculo perpetuo, não só aos progressos do christianismo n'aquella vasta região, mas também aos interesses politicos do Estado. Estes ponderosos motivos me convidaram a trabalhar seriamente, assim por adquirir o conhecimento d'esta lingua, como para o franquear ao publico, que carecia de todo o soccorro para a sua intelligencia.

Podemos notar que, em Angola, neste período, há uma insuficiência de missionários com domínio da língua quimbundo e o empecilho acarretado aos propósitos de catequização e conversão da população, já que haveria uma dificuldade de propagação do cristianismo sem um domínio da língua autóctone pelos próprios missionários. Não dominar a língua, até então majoritária, também seria um obstáculo para que o Reino português pudesse manejar questões

de ordem administrativa com uma parcela da população. Está definido, então, o público a que a gramática era destinada.

A função da língua quimbundo é reforçado na seção “Ao leitor”:

A língua commum de um paiz, em que deve annunciar-se o Evangelho ao povo que o habita, é manifestamente de absoluta necessidade ao exercício e progresso do Christianismo entre aquelle povo. Mas se alem d'isto se ha de fazer uso da mesma língua no manejo dos negócios politicos, na administração da justiça, e até nas deliberações e emprezas militares, então o conhecimento d'este idioma vem a ser de summa utilidade ao Estado.

Aqui, nota-se a necessidade do uso da língua quimbundo – “língua commum de um paiz” – para fins religiosos, como apontou Petter (2015, p.30) sobre as demais línguas africanas neste período: são vistas como “instrumentos de salvação”. Outra função da língua quimbundo é ser utilizada pelo Estado, mas não como uma língua com a mesma ideia de progresso ou nacionalidade reservadas às línguas europeias colonizadoras, mas para servir de instrumento do Estado atingir seus objetivos político-econômicos.

Outra passagem significativa de Canecattim está no excerto a seguir:

Tendo pois em vista o interesse publico da Religião e do Estado não me poupei a trabalho algum para facilitar a intelligencia da lingua bunda, compondo um Diccionario d'ella, e as presentes Observações grammaticaes, que aindaque não contenham uma grammatica perfeita e igual á de qualquer das linguas cultas, comtudo será sempre de um grandissimo auxilio em penetrar a obscuridade de um idioma desconhecido.

Percebemos, aqui, a equivalência entre “gramática” e “língua culta”, isto é, uma língua europeia. Canecattim ao se referir ao quimbundo como uma língua desconhecida, o faz no papel de homem europeu, italiano, em um espaço estrangeiro, onde a língua não é desconhecida de seus falantes nativos, nem tão pouco, “obscura”; apenas não é gramatizada, processo iniciado pelas potências europeias à época da colonização, como vimos anteriormente.

Na obra de Chatelain (1988-89, p. ix-x), suíço de nascimento e, posteriormente, com cidadania americana, destaca-se a sua referência ao público-alvo da gramática:

O livro que apresentamos ao publico é destinado principalmente a quatro classe de pessoas: - aos nossos irmãos de côr, pretos e pardos de Angola, com o fim de apprenderem a estimar e a cultivar a sua bella lingua patria, - aos nossos amigos portugueses, funcionarios e negociantes em Angola, para que possam melhor cumprir com os seus deveres e attender aos seus interesses, tão particulares como nacionaes, - aos missionarios, christãos de qualquer seita, a fim de se habilitarem a annunciar o Evangelho ao <<povo que anda em trevas e que habita na região da

sombra e da morte>> - e finalmente aos nossos colegas africanistas, que de ha muito pediam uma nova grammatica da lingua de Angola.

Ao contrário de Cannecattim, Chatelain amplia o público alvo de sua obra. Ao se direcionar aos “nossos irmãos de cor, pretos e pardos de Angola” e aos “nossos amigos portugueses, funcionários e negociantes em Angola”, Chatelain insere-se em um contexto em que a língua quimbundo possui uma importância significativa no período, já que Luanda aparece como principal porto de escoamento de escravizados já no século XVII, surgindo a necessidade de materiais para o quimbundo também além-mar, como no Brasil, principal destino dos navios à época. Soma-se a esse fato que, na Angola oitocentista, há os “filhos do país”, uma parcela de angolenses negros e mestiços que buscavam uma forma de “valorização da própria cultura e das línguas locais, que gerou dicionários, cartilhas e gramáticas para que essa população — escolarizada em português — estudasse formalmente sua língua” (ROSA, 2019, p.61).

De acordo com Chatelain, a língua quimbundo ainda é um veículo para a difusão do Evangelho, como também apontado por Cannecattim, o que será a tônica durante todo o período colonial através dos missionários envolvidos nessas ações. A passagem “povo que anda em trevas e que habita na região da sombra e da morte” ignora, por exemplo, a religiosidade angolana e suas cosmologias, inclusive concretizadas pelas línguas autóctones, mas que agora, no caso do quimbundo, deveria ser utilizada como ferramenta de evangelização, ou cosmologia, cristã europeia.

O teor presente nos trechos de Cannecattim e Chatelain, corroboram o que aponta Severo (2019) ao caracterizar o discurso missionário em três abordagens: i) contestação e recusa das religiões primitivas; ii) demonstração do pensamento cristão para fins de convencimento; e iii) imposição das regras para os convertidos. Ainda segundo a autora, essas abordagens se davam nas línguas locais e adaptadas ao pensamento angolano, “produzindo a emergência das ideias de um cristianismo africano, cristianismo bantu, cristianismo indígena, cristianismo brasileiro” (2019, p.90).

As outras duas gramáticas, de Souza e Oliveira (1824-1871) e Francina (*fl.* sec. XIX) – brasileiro e angolano, respectivamente – e Batalha (1856-1939), português, enquadram-se nas obras não missionárias. Segundo Rosa (2019, p.59), “a aplicação às línguas africanas dos princípios estabelecidos nos estudos histórico-comparativos, o clima favorável a discussões acerca da evolução conduzem a uma nova fase na segunda metade do século XIX”.

No “Prologo” de sua obra (1864), Souza e Oliveira e Francina não fazem nenhuma referência a aspectos religiosos, reforçando o caráter não missionário da gramática. Assim é definido o público-alvo:

O tempo, a prática e mais habeis grammaticos que julguem dever proseguir este estudo preencherão as lacunas ou emendarão os erros e as omissões que tivermos commettido apesar de nossos exforços e da boa vontade que empregámos para assentar as bases da cultura de um idioma util e necessario para quem se relaciona com Angola, paiz que muito promette pelas riquezas naturaes que encerra em seu territorio.

Percebe-se que os autores buscam alcançar “quem se relaciona com Angola”, não especificamente no âmbito religioso ou do Estado, como as gramáticas anteriores. Parece-nos que os autores abrem um diálogo, em específico, com outros gramáticos e estudiosos da língua quimbundo para que o trabalho de descrição e análise da língua seja continuado, o que os autores fizeram, por exemplo, nesta presente gramática, que é o

resultado de cinco annos de meditação e de analyse da grammatica do Fr. Cannecatim. Tendo sido, primeiramente, nosso proposito fazer-lhe annotações ou correções, fomos levados assim a um trabalho inteiramente novo, o qual nos parece conter os principaes preceitos da lingua ngolense que ate agora não foram ainda explicados.

Uma das novidades que surge, então, é a utilização/menção de um método histórico-comparativo, tão característico da segunda metade do século:

Que a lingua nbundu é derivada da conguez é couza que está reconhecida; mas se esta é primitiva ou derivada de outra do interior do continente, como seja a da lunda, ou a de cazembe, é questão que conviria estudar.

O que não soffre dúvida é que, sejam linguas primitivas ou dialectos as que se fallão no continente africano desde Sofala, na costa oriental, até o Senegal, na occidental, os preceitos grammaticaes e muitas raizes e vocabulos são os mesmos em grande numero das 67 linguas africanas das quaes temos notícias. Não deixaremos tambem de notar que ha na lingua nbundu algumas raizes que parecem ser da grega [...]

O Sr. F. P. Dutra em um estudo que fez das raizes da lingua ngolense achou muitas identicas ás de termos de linguas dos indigenas do Brazil. Estas e outras observações nos levão ás duas seguintes conclusões: 1^a. que a lingua nbundu é tão grammatical como qualquer outra: 2^a que um estudo tendente a organizar a arvore genealogica de todas as linguas conhecidas será o meio de facilitar o conhecimento de muitas, o que até agora tem sido difficil.

Os autores questionam uma possível origem da língua “nbundu” (quimbundo) como derivada de outra da mesma família, ou em sua composição traços/raízes de origem grega. Não é descartada, também, as similaridades entre termos da língua africana e das línguas indígenas do Brasil. É lançada, então, a ambiciosa empreitada de construção da árvore genealógica das

línguas, tendo as línguas africanas um papel de destaque, considerada “tão grammatical como qualquer outra”.

Gostaríamos de destacar, ainda, o uso dos termos “primitivas” e “dialeto” no excerto acima e que repetimos a seguir:

Que a lingua nbundu é derivada da conguez é couza que está reconhecida; mas se esta é primitiva ou derivada de outra do interior do continente, como seja a da lunda, ou a de cazembe, é questão que conviria estudar.

O que não soffre dúvida é que, sejam linguas primitivas ou dialectos as que se fallão no continente africano desde Sofala, na costa oriental, até o Senegal, na occidental, os preceitos grammaticaes e muitas raizes e vocabulos são os mesmos em grande numero das 67 linguas africanas das quaes temos notícias.

Souza e Oliveira e Francina quando fazem uso dos termos “primitivas” e “dialeto”, apesar de considerarem o quimbundo uma língua “gramatical”, aqui entendida como uma língua com estruturas e regras como as demais, ainda resvalam no conceito de inferiorização da língua e, conseqüentemente, de seus falantes. Conforme aponta Bagno¹⁰, “no período colonial, as línguas dos povos americanos e africanos foram designadas como “dialetos” porque eram consideradas “primitivas” e “deficientes” em comparação às línguas dos europeus, brancos, “civilizados”.

Batalha (1891) em sua primeira parte da gramática definida como “Generalidades” nos apresenta uma interessante epígrafe que demonstra o tom que encerraria a sua descrição sobre o quimbundo: “É a linguística o principal instrumento de investigação, de que tem de se munir quem tente resolver os principaes problemas de ethnografia d’um povo” (Major Henrique de Carvalho). Assim, para o autor a “ethnografia seria o caminho para compreender um povo; a linguística, o instrumento para tal” (ROSA, 2019, p.63). A linguística africana para Batalha estaria, assim, entrando num período propriamente científico.

Em suas considerações iniciais, Batalha aponta que “ainda hoje se conserva na tradição popular a ideia de que os pretos se exprimem simplesmente por meio de guinchos e gestos: e quando alguma palavra apparece muito comprida ou difficil de pronunciar, o povo chama-lhe *bundo*”.

E ainda complementa: “a vasta extensão occupada em todo o mundo pelas linguas agglutinativas facilmente se explica, considerando que este systema em nada é inferior ao flexivo, a não ser talvez na difficuldade de o usarmos pela sua complicação”. Assim, Batalha deixa explícita seu conhecimento sobre o funcionamento das línguas banto como sendo

¹⁰ Cf. <https://www.ceale.fae.ufmg.br/glossarioceale/verbetes/dialeto> Acessado em 19/01/2023.

aglutinantes, ao contrário de uma língua como o português, que é flexional. E o autor faz uma reflexão sobre essa diferença como uma especificidade tipológica do quimbundo e não como um fator de “inferiorização” frente a uma língua europeia.

Batalha continua suas ponderações sobre o papel do quimbundo no contexto colonial, reprovando o que ele considerava um uso “utilitarista” da língua “no intuito de avassalarmos as consciências dos indígenas, captando-os para a Fé, reduzindo à cega obediência”. Ainda sobre a questão do uso da língua pelos religiosos:

a preocupação que levava os antigos religiosos a estudar a língua de Angola, era toda religiosa. Não visava à solução dos importantes problemas de colonização e ethnographia. O seu principal objectivo era dominar a consciencia dos indígenas, reduzindo-os á obediencia pelo temor das penas do inferno e outros da velha theologia e casuistica.

Nota-se, portanto, uma crítica ao modo como a língua quimbundo era instrumentalizada por interesses missionários e evangelizador e, como vimos, as gramáticas missionárias eram ferramentas para essa finalidade.

Vale destacar, ainda, uma passagem do texto de Batalha em que há a valorização da língua quimbundo:

Se tantas provas não houvesse para confirmar a alta importancia do kimbundo como lingua perfeita, rica e sobretudo de uma tenacidade extraordinaria, bastava considerar que longos seculos de dominação nao fôram sufficientes para que ella se deixasse contaminar pelo influxo das linguas européas ou pelo das circumvizinhas.

As ponderações de Batalha no excerto acima se aproximam do que Petter e Araújo (2015, p.34) indicam como característico da linguística africanista do século XIX. Neste período, temos a intensificação das lutas pela abolição da escravidão, com a abolição do tráfico atlântico pelo Congresso de Viena em 1815; libertação dos escravos do domínio da Coroa em 1831, na Inglaterra; e abolição da escravidão nas colônias francesas, em 1848. Para os autores, “é nesse contexto que se situam os trabalhos dos linguistas africanistas desta época que não hesitaram, muitas vezes, em enaltecer as línguas africanas para provar, por meio de argumentos linguísticos, que os africanos eram seres plenamente humanos”.

5 CONCLUSÃO

Em nosso trabalho, privilegiamos quatro gramáticas da língua quimbundo produzidas por cinco autores diferentes, sendo apenas um angolano, mas ainda influenciados por um modelo de gramatização europeu e que serviu de modelo para o surgimento das gramáticas de línguas não indo-europeias dentro de um contexto de exploração colonial.

Nosso exercício consistiu no levantamento das reflexões destes autores presentes nas partes introdutórias de suas obras para que pudéssemos contextualizar o que era escrito, compreendido e divulgado sobre o quimbundo no contexto colonial, sejam em obras de cunho missionário ou não.

Pudemos notar, assim, que as gramáticas tinham um público-alvo específico, indo dos missionários que não dominavam a língua quimbundo, mas precisavam conhecê-la para a prática da evangelização, aos “filhos do país”, uma nova camada social de angolanos que procuravam valorizar a língua e a cultura locais.

O pensamento linguístico, então, em relação à língua quimbundo apontava para uma função apenas funcional de veículo de uma fé cristã a serviço do Reino português, como vimos nas reflexões das gramáticas missionárias, mas também apontava para o quimbundo como língua de identificação do povo angolano.

Reforçamos que esse trabalho não se encerra aqui e deixa um fôlego para que possamos analisar o uso de termos específicos pelos autores, como “preto”, “negro”, “escravos”, “vassalos”, entre outros, para compreender as influências para os seus usos dentro deste contexto colonial; assim como analisar as partes dedicadas à descrição linguística do quimbundo e buscar até que ponto há uma transição de um modelo latino para um indo-europeu, o que impulsionou essas escolhas etc. Esses tipos de exercícios fogem do nosso escopo preliminar de contextualização ainda em desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ALTMAN, Cristina. História, estórias e historiografia da linguística brasileira. *In*: BATISTA, R. O. (org.). **Historiografia da linguística**. São Paulo: Contexto, 2019, p.19-43.

AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. 3a ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

BATALHA, L. **A língua de Angola**. Lisboa: Companhia Nacional Editora, 1891.

BATISTA, Ronaldo Oliveira. Introdução. *In:* BATISTA, R. O. (Org.). **Historiografia da linguística**. São Paulo: Contexto, 2019, p. 9-18.

BATISTA, R. **Fundamentos da pesquisa em Historiografia da Linguística**. São Paulo: Editora Mackenzie, 2020.

CANNECATTIM, B. M. de. **Collecção de observações grammaticaes sobre a lingua bunda, ou angolense e Dicionario abreviado da língua congueza**. Lisboa: Impressão Régia, 1805.

CHATELAIN, H. **Grammatica elementar do kimbundo ou lingua de Angola**. Genebra: Typ. de Charles Schuchardt, 1888-1889.

CRUZ, Aline. Von Marthius e o IHGB em busca de uma história do Brasil. *In:* COELHO, O. (Org.). **A historiografia linguística no Brasil (1993-2018): memória, estudos**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018, p.103-125.

DIAS, Jill. As primeiras penetrações portuguesas em África. *In:* ALBUQUERQUE, L. (Org). **Portugal no mundo**, vol. I. Lisboa: Publicações Alfa, 1989, p. 281-299.

EBERHARD, D.; SIMONS, G. F.; FENNIG, C. D. (Eds.) **Ethnologue: Languages of the World**. 25 ed. Dallas, Texas: SIL International, 2022.

FARACO, C. A. **História sociopolítica da língua portuguesa**. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

HERNANDEZ, L. **A África na sala de aula**. 2ª ed. rev. São Paulo: Selo Negro, 2008.

KOERNER, K. Questões que persistem em historiografia linguística. **Revista da ANPOLL**, n. 2, p. 47-70, 1996.

KOERNER, K. **Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados**. Vila Real: Centro de Estudos em Letras, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2014.

LIBERATO, E. Avanços e retrocessos da educação em Angola. **Revista Brasileira de Educação**, v.19, n.59, p.1003-1031, 2014.

NORÉ, A; ADÃO, A. O ensino colonial destinado aos “indígenas” de Angola. Antecedentes do ensino rudimentar instituído pelo Estado Novo. **Revista Lusófona de Educação**, n.1, p.101-126, 2003.

PETTER, Margarida. A classificação das línguas da África. *In:* PETTER, M. (Org.). **Introdução à linguística africana**. São Paulo: Contexto, 2015, p.49-84.

PETTER, Margarida; ARAÚJO, Paulo. Linguística africana: passado e presente. *In:* PETTER, M. (Org.). **Introdução à Linguística Africana**, São Paulo: Contexto, 2015, p.27-48.

PINTO, A. O. **História de Angola: da Pré-História ao Início do Século XXI**. 2a ed. Lisboa: Mercado de Letras, 2017.

ROSA, M. C. O quimbundo em cinco testemunhos gramaticais. **Confluência**, Rio de Janeiro, n. 56, p. 55-113, 2019.

SANTOS, E. A. E. Angola entre o passado e o futuro: história, intelectuais e imprensa (1870-1900). *Revista de Teoria da História*, v.22, n.2, p.212-230, dez/2019.

SEVERO, C. G. **Os jesuítas e as línguas**: contexto colonial Brasil-África. Campinas/SP: Pontes Editores, 2019.

SOUZA E OLIVEIRA, S.; FRANCINA, M. A. de C. **Elementos grammaticaes da língua bunda**. Luanda: Imprensa do Governo, 1864.

SWIGGERS, P. História e Historiografia da Linguística: Status, Modelos e Classificações. **Revista Eutomia**, v.2, p.1-17, dez/2010.

SWIGGERS, P. A historiografia da linguística: objeto, objetivos, organização. **Confluência**, Rio de Janeiro, v. 44- 45, p.39-59, 2013.

SWIGGERS, Pierre. Historiografia da linguística: princípios, perspectivas, problemas. *In*: BATISTA, R. O. (Org.). **Historiografia linguística**. São Paulo: Contexto, 2019, p.45-80.

VENÂNCIO, J. C. **A economia de Luanda e Hinterland no século XVIII**: um estudo de sociologia histórica. Lisboa: Editorial Estampa, 1996.

VIEIRA, F. E. **A gramática tradicional**: história crítica. São Paulo: Parábola, 2018.

WHEELER, D.; PÉLISSIER, R. **História de Angola**. 6a ed. Lisboa: Tinta da China, 2016.